

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1562769 - SP  
(2019/0238090-4)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE : CLEONICE GOMES**  
**ADVOGADO : ROBERTO GUASTELLI TESTASECCA - SP147070**  
**EMBARGADO : ROBERTO SANSÃO LOUREIRO**  
**EMBARGADO : MIRIAM APARECIDA GOMES ABRANTES**  
**ADVOGADO : VALDILEIA MARIA DOS ANJOS DIAS - SP282004**

**EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Alegação de contradição quanto à aplicação do fundamento no sentido de que é inadmissível o recurso especial fundando na violação de dispositivo constitucional.
2. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do CPC, constituem-se em recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição omissão ou erro material -, não podendo, portanto, serem acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, reformar o decidido.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrichi  
Relatora